

Relações de gênero na conservação do emprego doméstico no Brasil.

Juliana Anacleto dos Santos
Residente Pós Doutoral PPGS/UFMG
Bolsista PNPd/Capes

Introdução

Nascido do debate, ou embate, entre natureza e cultura, os estudos sobre as relações de gênero nos apresenta relevantes questões em torno da permanente desigualdade entre mulheres e homens. Fechando os olhos para a construção social da desigualdade, e também da igualdade, o mundo impôs às mulheres, durante séculos, a invisibilidade. Porém, mesmo com o avançar da emancipação feminina, no trabalho, casa ou escola, a discriminação e o acesso desigual ao que realmente é dado valor na sociedade contemporânea está longe de acabar.

Os papéis impostos às mulheres e homens, muitas vezes, são incompatíveis com seus desejos e necessidades, fato que afeta a formação do comportamento e das ações dos indivíduos. Estas ações e comportamentos são construídos, criados, moldados pelas relações cotidianas no plano das interações, e são afetados indubitavelmente pelas relações de poder. Principalmente pelo poder candente das instituições. Com efeito, entender gênero como um sistema de práticas sociais que constituem as pessoas como diferentes e que organiza as relações de desigualdade, compreendido tanto do ponto de vista individual e institucional, bem como através das práticas sociais, se apresenta como uma teoria crítica e emancipacionista, visando desenvolver alternativas exequíveis para o trabalho prático das estratégias para a mudança social, compreendendo os obstáculos, as possibilidades, e os dilemas de transformação.

O presente trabalho se propõe a debater como as relações de gênero instituídas na sociedade moderna contribuem para a manutenção da atividade doméstica eminentemente feminilizada, e ainda como se comporta a tese modernizadora que afirma existir uma tendência de desaparecimento do trabalho doméstico pago, influenciada pelo acesso a produtos e serviços que atendem às necessidades das famílias, no que tange às atividades domésticas diárias.

A partir de uma apresentação sobre o panorama dos estudos sobre o emprego doméstico no Brasil, bem como contribuições a cerca das condições socioeconômicas e demográficas e sua relação com o emprego doméstico será possível olhar para os dados levantados na Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE entre os anos de 2001 e 2008) e responder a questão sobre a manutenção do trabalho doméstico no Brasil e sua feminilização.

Panorama dos estudos sobre emprego doméstico no Brasil

Relevantes trabalhos sobre o emprego doméstico podem ser lançados abrindo portas para o desafio que é compreender os fatores que constituem sua manutenção no Brasil (SAFFIOTI, 1979; MOTTA, 1992; BRUSCHINI, 1993; BRITTES, 2000; KOFES, 2001; KUZNESOF, 1993; PINHO & SILVA, 2010; KERGOAT, 2003; HIRATA & KERGOAT, 2007; MELO, 1998; 2000; MELO & PESSANHA & PARREIRAS, 2002; MELO & CONSIDERA & DI SABBATO, 2007; MELLO & CASTILHO, 2007). Inaugurador da temática na sociologia, o trabalho de SAFFIOTI (1979), *Emprego Doméstico e Capitalismo*, revela a influência marxista e se enquadra no desenho da teoria social feminista afirmada na década de 1970 no Brasil. Com o objetivo de “medir indiretamente em que medida as empregadas domésticas estariam preenchendo uma das funções do exército industrial de reserva” (SAFFIOTI, 1979, p. 19), a autora pesquisou em Araraquara, São Paulo, um grupo de empregadas domésticas que migraram para outras ocupações em determinados períodos de tempo. Defende, nesse trabalho, questões que se comunicam com a ideia de reprodução do capitalismo, como a compreensão de que as formas capitalistas de produção coexistem com formas não capitalistas de trabalho e direciona ao

conceito de patriarcado a sujeição das mulheres aos trabalhos mais desprotegidos e menos remunerados. Ainda, visualiza uma relação entre a saída de algumas mulheres da esfera doméstica e sua substituição por outra mulher.

(...) sob o capitalismo periférico a liberação de certos contingentes femininos do trabalho doméstico faz-se às expensas do sacrifício de outras mulheres, ou seja, as empregadas domésticas. Trata-se de maneiras diferentes de realização histórica da sociedade de classes. O que permanece constante, independentemente do grau de desenvolvimento do capitalismo, é a injusta divisão do trabalho segundo sexo, que destina aos homens a esfera pública da economia e às mulheres o mundo restrito da família e da residência□. (SAFFIOTI, 1979, p.45)

Inserida neste debate está MOTTA (1992) em seu trabalho *Emprego doméstico: revendo o novo*, a autora se propõe a identificar as características da ocupação. Inicia a discussão afirmando ser o trabalho doméstico um trabalho pré-capitalista, constituído pela produção coletiva e centrado na atividade feminina. Já no capitalismo, a autora defende que o trabalho doméstico passa a ser exercido com a finalidade de liberar membros do domicílio para o trabalho assalariado fora de casa. Destaca nessa caracterização o estabelecimento de relações de subordinação e opressão, em que incorpora ideias sobre o dever e o prazer de servir, bem como características de conflito e interesses dissonantes (MOTTA, 1992).

Nesse sentido, caracteriza o trabalho doméstico por um trabalho próprio às mulheres, ou como dona de casa, ou como empregada doméstica, sendo a casa o *locus* da atividade, cujo objetivo instala-se na produção de bens materiais ou simbólicos para o consumo familiar; na reprodução da vida; e no trabalho produtivo dos membros da família (MOTTA, 1992).

A pesquisadora revela que, influenciada pelo movimento feminista de libertação e questionamento das relações entre homens e mulheres, a temática do emprego doméstico passou a ser lida pela academia brasileira, principalmente, a partir das teorias econômicas através de categorias dispostas a explicar a produção. Salienta, com efeito, que as análises sobre o tema nas décadas de 1970 e 1980 não contemplaram o caráter original da produção doméstica de modo gratuito ou mal pago, executado quase que exclusivamente por mulheres.

A partir desta crítica, visualiza no trabalho de KERGOAT (1987) a constituição do debate acerca das contradições e ambiguidades de classe e gênero, lida como “contradição viva, perpetuamente em vias de modificação, de recriação” (KERGOAT, *apud* MOTTA, 1992). Ainda, demonstra ser uma das grandes curiosidades de sua pesquisa os estudos sobre as relações desempenhadas pelas mulheres a partir de suas distintas situações.

Mulheres, esposas, enquanto gênero são social e familiarmente subordinadas; enquanto classe, são aliadas dos maridos. Como empregadas domésticas, e empregadoras, enquanto gênero são consideradas de "natureza" social comum; enquanto classe, são antagonistas□. (MOTTA, 1992, p. 4)

Esse antagonismo é destaque no trabalho de BRITTES (2000). Em sua pesquisa na cidade de Vitória, Espírito Santo, a estudiosa salienta que na hierarquia mantida nas relações entre patroas e empregadas é visível uma forte ambiguidade afetiva —nas negociações de pagamentos extra salariais, na troca de serviços não vinculados ao contrato, nas fofocas e troca de carinhos com as crianças□ (BRITTES, 2000), o que não minimiza a forte delimitação desenhada entre chefe e subalterno, mantendo e reproduzindo as marcas da desigualdade social em um local específico, a casa.

Sobre esse espaço antagonico de trabalho produtivo e reprodutivo, BRUSHINI & RIDENTI (1993) em um dos seus importantes trabalhos sobre as relações de gênero e trabalho, nos apresenta relevantes contribuições sobre as características que emolduram as relações de trabalho no domicílio. O estudo

Família, Casa e Trabalho (1993, p. 36) defende a tese de que “os limites dos conceitos família casa e trabalho são extremamente fluidos e estão em permanente transformação”. Para as autoras, as relações familiares, econômicas ou domésticas, extrapolam a casa para a rua ou para o bairro. A casa é mais do que um espaço de moradia, convivência familiar e trabalho doméstico, pois comporta ainda o lugar do trabalho remunerado que mesmo de forma esporádica ou sazonal, contribui efetivamente para a qualidade de vida do grupo familiar.

Sobre a relação família e trabalho, BRUSHINI & RIDENTI (1993) destacam o envolvimento das mulheres donas de casa, estas com poucas credenciais para a apresentação no mercado de trabalho, muitas vezes, encontram a flexibilidade na atividade domiciliar (enquanto trabalham, cuidam da casa e dos filhos), contribuindo com a renda de todo o grupo familiar. A partir desta discussão é visível a curiosidade de BRUSCHINI acerca da temática de gênero e trabalho em suas pesquisas posteriores.

Dedicada aos estudos sobre o trabalho e o emprego doméstico, é vasta a publicação de artigos e papers pela economista e pesquisadora Hildete Pereira de Melo. Preocupada em apresentar o trabalho reprodutivo como parte integrante da produção material, MELO (1998; 2000; 2007) apresenta relevantes dados e argumentos, contribuindo ano após ano com novas questões relacionadas à temática. Em seu artigo *Serviço Doméstico no Brasil: de criadas a trabalhadoras* MELO (1998) visualiza o trabalho doméstico definido culturalmente como *lugar da mulher* não necessitando para sua execução nenhuma qualificação. A pesquisadora considera, portanto, o trabalho doméstico brasileiro um refúgio dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento, visto pela sociedade como uma ocupação subalterna e

fora do circuito mercantil. Com efeito, o trabalho doméstico serve como porta de entrada para as jovens migrantes rural-urbanas.

É visível a preocupação de MELO (1998) em contrapor a ideia de trabalho improdutivo ao lançar luzes sobre o emprego doméstico. Esta preocupação parece nortear seus trabalhos seguintes, sempre determinada a comprovar que o trabalho reprodutivo é a raiz da possível produção material, muito embora, seja interpretado principalmente por economistas como não produtivo. A autora interpreta essa assertiva:

É difícil fazer uma análise econômica do serviço doméstico remunerado, porque os indicadores econômicos não permitem captar as sutilezas ideológicas e culturais que essa questão envolve. Essas atividades não são organizadas de forma capitalista, porque se realizam no interior de residências particulares e as patroas/patrões não são empresários. O contrato de trabalho firmado, seja verbal ou escrito, define que as empregadas realizam tarefas cujo produto — cozimento de alimentos (bens) ou lavagem de roupas e pratos (serviços) — é consumido diretamente pela família. Esses bens/serviços não circulam no mercado e não se mobiliza capital para a realização dessas tarefas, mas rendas pessoais□. (MELO, 1998, p. 2)

Já no seu texto intitulado *Trabalho reprodutivo: quem faz?* Em parceria com Marta Castilho, (MELO & CASTILHO, 2007), as autoras deixam mais claro sua discordância com a não ponderação de produtivo ao trabalho doméstico, como podemos ler a seguir:

O que se observa é que a economia, a sociologia e a política esquecem-se do autêntico objetivo das pessoas: a vida, o bem-estar e a reprodução. Em segundo, ao privilegiar a produção mercantil de bens e serviços, estes campos disciplinares esqueceram-se das atividades dirigidas ao bem-estar emocional das pessoas, particularmente o trabalho familiar doméstico realizado majoritariamente pelas mulheres. A utilização do conceito divisão sexual do trabalho, consolidado desde a industrialização, possibilita a subestimação das atividades realizadas pelas mulheres na família. Estas atividades são

consideradas como não-trabalho, porque se confunde “produção” com “produção de mercadorias” e o “trabalho” com “emprego”. Esta percepção contribui para que seja feita uma associação linear entre a atividade masculina com a produção mercantil e a feminina com atividade familiar doméstica. Essa associação evidencia a invisibilidade do trabalho das mulheres e a desvalorização do lugar da mulher na sociedade. (MELO & CASTILHO, 2007, p. 5)

Nesse sentido é possível atribuir a vulnerabilidade, precariedade e invisibilidade efetivamente sentidas pelas trabalhadoras domésticas as mesmas vulnerabilidades, precariedades e invisibilidades sentidas pelas executoras do trabalho doméstico não pago. Nesse sentido, compreender a natureza do trabalho doméstico pago necessita compreender a natureza do trabalho doméstico não pago. MELO & CASTILHO nos auxiliam nessa empreitada.

As formulações de SAFFIOTI, 1979; MOTTA, 1992; BRUSCHINI, 1993; BRITTES, 2000; KOFES, 2001; KUZNESOF, 1993; PINHO & SILVA, 2010; KERGOAT, 2003; HIRATA & KERGOAT, 2007; MELO, 1998; 2000; MELO & PESSANHA & PARREIRAS, 2002; MELO & CONSIDERA & DI SABBATO, 2007; MELLO & CASTILHO, 2007, por caminhos diversos, demonstram a manutenção da construção das relações de gênero na divisão sexual do trabalho. Apesar da entrada das mulheres no mundo público do trabalho ter sido a maior novidade experimentada no século XX, essa experiência não afetou os papéis desenhados na divisão sexual do trabalho. A substituição da mulher, trabalhadora do mundo público, em seu lar por outra mulher, na regra geral, sugere que o trabalho da casa, do domicílio é um trabalho próprio às mulheres. Estando esta atividade mal posicionada na hierarquia da divisão sexual do trabalho, o mercado e demais instituições diz que é um trabalho improdutivo. Sendo visto como improdutivo, quando este trabalho passa a ser executado por uma profissional e conceituado agora como emprego doméstico, as relações, concepções e visões, baseadas fundamentalmente na feminilização da atividade, serão também afetadas pelo trabalho doméstico não pago. Mas, mesmo com inúmeras mudanças do ponto de vista da efetiva participação das mulheres no mercado de trabalho, esses efeitos do trabalho doméstico não pago sobre o trabalho doméstico pago permanecem? É possível visualizar uma mudança na feminilização do trabalho doméstico? A próxima sessão irá expor contribuições a cerca das condições socioeconômicas e demográficas e sua relação com o emprego doméstico buscando encontrar elementos que interpretem a manutenção da feminilização na atividade doméstica.

Condições socioeconômicas e demográficas e suas relações com o emprego doméstico

No mundo inteiro, cerca de duzentos milhões de pessoas vivem em outros países que não os seus países de origem, ou nascimento. A atual estrutura global de migração vem sendo afetada pelos legados do colonialismo, neocolonialismo, imperialismo, guerras civis, desenvolvimento desigual e efeitos contemporâneos do neoliberalismo. Muitas vezes, a migração parte da iniciativa de empregadores facilitados por políticas de Estado que fomentam a saída de cidadãos e cidadãs para um novo país, em busca de novas oportunidades de emprego, e ainda, por acordos bilaterais entre dois países, como nos conta HONDAGNEU-SOTELO (2007).

Sem voltar muito na história, o perfil migrante era o masculino, percebido como um fator característico da crescente industrialização e modernização. Segundo HONDAGNEU-SOTELO (2007), neste capítulo da história mundial, os Estados industrializados ou em industrialização evocaram o recrutamento e a importação de homens para um trabalho —tipicamente masculino, quais sejam, construção de estradas e ferrovias, mineração e agronegócio em grande escala, entre outros. Na maioria das vezes, homens não brancos, cujos membros familiares tinham acesso negado para a migração nas sociedades receptoras. Sendo assim, suas mulheres e filhos eram vistos como personagens demograficamente e racialmente indesejáveis aos olhos das sociedades empregadoras.

Com o avançar da modernidade, ou pós-modernidade como denominam alguns, as dimensões tempo e espaço transformam-se na percepção do indivíduo, e assim, não se faz mais necessário cooptar mão de obra barata para a indústria. O capital torna-se transnacional, sendo assim, as fábricas é que migram, de um lado para o outro do globo, em busca de maiores concessões fiscais e benefícios para suas instalações. Com efeito, hoje a indústria não é mais a maior recrutadora de trabalho migrante. A característica transnacional do capital constitui um novo panorama do setor industrial em todo o globo. Assim, com a crescente urbanização e a constituição de verdadeiros polos de desenvolvimento nos países industrializados, o perfil da migração vem mudando, sendo, neste momento, clara a expansão de mulheres com baixa escolaridade entre os que migram para esses polos urbanos altamente desenvolvidos. São nesses locais que as mulheres altamente escolarizadas e com acesso a ocupações privilegiadas, com alta renda e exercício de autoridade no mundo do trabalho necessitam da chegada de suas substitutas para o trato do lar e, muitas vezes, de sua prole.

Para HONDAGNEU-SOTELO (2007) é insaciável a demanda por trabalhadoras domésticas ao redor do mundo, porém esta demanda é ativada de forma distinta, por diferentes caminhos nos diferentes países. A pesquisadora destaca que, vários países da Ásia e Oriente Médio ativam programas planejados para recrutar e manter uma classe subordinada de empregadas domésticas. Neste sentido, esses países dependem de projetos legais do Estado para recrutar e manter esse grande número de trabalhadoras que chegam a cada dia em seus países. O que difere do recrutamento de empregadas domésticas pelos países europeus e nos Estados Unidos. Nos últimos, as trabalhadoras domésticas chegam sem regulamentação trabalhista, muitas vezes, entram nos países de forma ilegal e se mantêm por lá na ilegalidade, contribuindo para a formação de uma atividade precária e insegura.

Em tempos de globalização, a migração é vista tanto como causa e como consequência da intensa troca de mercadorias, bens e capital através das fronteiras nacionais. Embora não seja um fenômeno novo, os vestígios do colonialismo informam os padrões, os modos e narrativas culturais da migração. O relevante trabalho de RODRIGUES (2007) *The "hidden side" of the new economy – On transnational migration, domestic work, and unprecedented intimacy* (a partir de um estudo comparativo com pesquisas realizadas na Espanha, Alemanha, Áustria e Reino Unido sobre migração, gênero e trabalho doméstico no Oeste da Europa), levanta o que ela denomina como "lado oculto" da economia, constituído pelo cuidado. Assim, o trabalho doméstico e trabalho sexual inserido como parte das desigualdades globais de gênero, são transferidos ao longo das cadeias de cuidados, com atendimento prestado por mulheres da periferia mundial nos domicílios das sociedades abastadas.

RODRIGUES (2007) esclarece que a relação desigual entre as antigas potências coloniais e suas ex-colônias permanece no presente, embora essa relação tenha sido modificada por lutas e pelos processos de independência e libertação nacional. Este processo de independência política, combinada com a dependência cultural e econômica, caracterizou as sociedades "pós-independentes" dos antigos países colonizados.

Esta continuação do domínio colonial após a independência política tem sido denominada como "pós-colonial." Para RODRIGUES (2007) a ideia de pós confere a contínua centralidade da Europa na nova conjuntura de poder mundial e seu lugar no modo neocolonial de produção e acumulação capitalista, oferecendo interpretações acerca da permanente lógica hierárquica das relações raciais entre os campos periféricos e desenvolvidos. Devido a essa centralidade, é relevante notar que as políticas migratórias são parte de uma reorganização das políticas mundiais, através de formações transnacionais como a União Europeia e o Mercosul. Estas políticas incluem abertura do mercado de trabalho dos trabalhadores migrantes, bem como aumento de controle e regulamentação nas fronteiras.

O chamado por RODRIGUES (2007), pós-colonialismo, introduz mudanças relevantes no que diz respeito à organização do trabalho nos países desenvolvidos, com importantes reflexos nos países periféricos, como novos modos de produção baseados em unidades produtivas coletivas e redes de fluxo, novos produtos como informação, comunicação, criatividade e afeto, bem como novas condições

de trabalho visualizadas a partir da continua desregulamentação e flexibilidade nos contratos trabalhistas.

Incorporada à nova organização do mundo do trabalho está o trabalho doméstico e o cuidado, cuja atividade se apresenta hoje como o maior setor que emprega mulheres migrantes na União Europeia. Em sua maioria, essas trabalhadoras não possuem documentação, se apresentam como refugiadas, sem os direitos sociais oferecidos através das leis de asilo e migração, e visualizam no trabalho privado do agregado familiar uma oportunidade para iniciar sua nova vida. Em contrapartida, na privacidade do domicílio patronal podem encontrar estruturas semi-feudais de exploração, e até mesmo, a violência sexual. O que dificulta a possibilidade do exercício de outras habilidades que não somente as relacionadas à limpeza e ao trato do lar.

As pesquisadoras ABIGAIL BAKAN & DAIVA STASIULIS *apud* RODRIGUES (2007), observaram que as trabalhadoras domésticas na era da globalização não só deveriam fazer o trabalho de empregadas domésticas, mas também espera-se delas habilidades especiais, como falar línguas diferentes, além de serem educadas no atendimento às famílias. Além de se desejar uma maior escolaridade, a pesquisadora Bridget Anderson, em seu estudo sobre o trabalho doméstico na Europa Ocidental, sustenta que o recrutamento das trabalhadoras domésticas não se baseia somente nas necessidades de uma família de terceirizar o trabalho doméstico, mas sim, na condição de oferecer às famílias empregadoras uma forte distinção social sobre aquelas famílias que não podem contratar uma doméstica para as atividades do cuidado no lar. Com efeito, ter uma empregada doméstica em casa, não só oferece às mulheres e às famílias empregadoras mais tempo para o trabalho e lazer, mas também oferece uma distinção como empregadores.

Somada à distinção constituída entre patrões e empregados, RODRIGUES (2007) introduz a ideia de qualificação e falta de qualificação na constituição da desigualdade operada na dicotomia trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Para a pesquisadora, a noção de "não qualificados" representa uma percepção distorcida do trabalho e cuidados domésticos, vistos como trabalho inferior, sem valor social ou cultural. Influenciada pelos estudos de *Anderson Bridget* sobre o trabalho doméstico, e *Agustin Laura* sobre as trabalhadoras do sexo, RODRIGUES (2007), afirma que dada a diversidade de competências educativas, interculturais e técnicas, bem como habilidades de gerenciamento do tempo, flexibilidade e mobilidade, é possível considerar essas atividades como altamente qualificadas. Para RODRIGUES (2007), o termo "trabalhadores não qualificados" apresenta uma visão hegemônica e reafirma uma organização e divisão do trabalho alicerçada pelas relações hierárquicas de raça, classe e gênero.

É possível perceber, de fato, que, enquanto a tendência do fluxo internacional da migração de empregadas domésticas é diverso, o resultado não varia. Famílias das nações ricas recrutam mulheres das nações pobres para executar de forma precária seu trabalho doméstico. A outra face da moeda é a perda contínua sofrida pelas nações pobres de suas mães e esposas. EHRENEICH & HOCHCHILD *apud* HONDAGNEU-SOTELO (2002, p.11) criticam de forma incisiva esse fenômeno quando afirmam que as "nações ricas cada vez mais assumem um papel como o do macho à moda antiga na família: mimado, herdeiro, que não sabe cozinhar, lavar ou achar suas meias"

Por várias razões, famílias as quais pai e mãe se dedicam ao trabalho fora do domicílio, vêm preferindo a flexibilidade, a conveniência e o privilégio de ter alguém em seu lar responsável pelo cuidado com suas crianças. Segundo WRIGLEY *apud* HONDAGNEU-SOTELO (2002), os pais têm a sensação de maior controle e flexibilidade, e ainda, levam duas profissionais (babá e empregada doméstica) pelo preço de uma. E, até mesmo quem não tem filhos se sente oprimido pela exaustiva jornada de trabalho, que impera, de forma decisiva, no uso do tempo para as atividades domésticas e o próprio lazer. Sendo assim, o crescimento da desigualdade de recursos econômicos vem contribuindo significativamente com o crescimento do trabalho doméstico pago.

Os trabalhos de HONDAGNEU-SOTELO, 2002; RODRIGUES 2007, ABIGAIL BAKAN & DAIVA STASIULIS *apud* RODRIGUES 2007, sugerem que uma mudança na efetiva participação das

mulheres na constituição do trabalho doméstico não pode ser vislumbrada a curto prazo. A mudança no perfil de gênero da migração mundial por conta das transformações de grandes corporações capitalistas que se movimentam pelo globo, descortinam o lado oculto da economia, estruturado pelo trabalho doméstico, remunerado ou não. Com efeito, apresenta-se agora os dados descritivos e multinomiais que validam as formulações a cerca da manutenção da feminilização do trabalho doméstico e sua manutenção na ordenação e estruturação da ordem econômica e produtiva do capitalismo moderno.

Análise e apresentação dos dados

Tabela 01
Composição categoria “ocupados”

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Categoria								
% ocupado em atividade doméstica formal	2,4	2,3	2,4	2,3	2,4	2,4	2,4	2,3
% ocupado em atividade doméstica informal	6,0	6,0	5,8	5,9	5,8	5,7	5,5	5,3
% ocupado em atividades não domésticas	91,6	91,6	91,7	91,8	91,8	91,9	92,1	92,5

Elaborada pela própria autora

Os dados relativos aos indivíduos ocupados em atividade doméstica formal confirmam a ideia de manutenção do emprego doméstico no Brasil por apresentarem pouca variação entre os anos de 2001 e 2008, passando de 2,4% em 2001 para 2,3% em 2008. Já a categoria, ocupados em atividade doméstica informal, (sem carteira assinada ou contribuição à previdência social) apresentou variação negativa, passando de 6% em 2001 para 5,3% em 2008. Isso demonstra diferenças importantes nas duas categorias ocupacionais.

Tabela 02
Gênero X Ocupados em atividade doméstica formal

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Categoria								
Mulheres (%)	89,7%	89,4%	90,5%	89,9%	89,9%	90,1%	91,0%	90,6%
Homens (%)	10,3%	10,6%	9,5%	10,1%	10,1%	9,9%	9,0%	9,4%

Elaborada pela própria autora

A manutenção feminina nas ocupações domésticas no Brasil é vista claramente a partir dos dados apresentados no *Gráfico 02*, referente aos indivíduos *Ocupados em atividade doméstica formal*. As variações entre os anos de 2001 e 2008 são pequenas, visto que em 2001 a categoria contava com 89,7% de mulheres, passando em 2008 a contar com 90,6% de mulheres. Digno de nota é o índice de

homens *Ocupados em atividade doméstica formal* que varia de 10,3% em 2001 para 9,4% em 2008, indicando que a formalidade e a regulamentação da atividade conduz a uma maior participação de homens na categoria. Isto pode ser dito ao compararmos a participação de gênero nas categorias *Ocupados em atividade doméstica formal* e *Ocupados em atividade doméstica informal*, como podemos ler a seguir a partir da tabela 03.

Tabela 03
Gênero X Ocupados em atividade doméstica informal

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Categoria								
Mulheres (%)	95,1%	94,3%	94,6%	94,7%	94,5%	94,5%	95,0%	94,9%
Homens (%)	4,9%	5,7%	5,4%	5,3%	5,5%	5,5%	5,0%	5,1%

Elaborada pela própria autora

A atividade doméstica informal no Brasil comporta apenas cerca de 5% de homens em sua composição, o que difere da atividade doméstica formal, que como vimos gira em torno de 10% de composição masculina. Isto pode ser explicado pelas atividades designadas aos homens na categoria *Ocupados em atividades domésticas*. As atividades de motorista, jardineiro e vigia habitualmente são ofertadas aos homens por serem percebidas como atividades com habilidades caracteristicamente masculinas, e nos parece, que essas apresentam um caráter mais formalizado e menos precarizado do que as atividades domésticas *strito sensu* como lavar, passar e cozinhar.

Tabela 04
Gênero X Ocupados em atividade não doméstica

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Categoria								
Mulheres (%)	34,6%	35,4%	35,7%	36,1%	36,4%	37,0%	37,0%	37,4%
Homens (%)	65,4%	64,6%	64,3%	63,9%	63,6%	63,0%	63,0%	62,6%

Elaborada pela própria autora

Os dados relativos aos indivíduos *Ocupados em atividade não doméstica* confirmam o avanço feminino nas atividades não domésticas no Brasil. As mulheres compunham 34,6% da categoria em 2001, e em 2008 passaram a ser 37,4% das ocupadas em atividades não domésticas. Porém, esse número não chega a conduzi-las a uma representação compatível com a participação feminina ocupada em todas as ocupações. Em 2001, o índice de participação feminina total em todas as atividades foi de 39,6% e, em 2008, o índice era de 41,6%, confirmando ainda uma sub representação feminina nas atividades não domésticas no Brasil.

Tabela 05
Efeito percentual da variável gênero

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ocupado em atividade doméstica formal	-95,7	-95,1	-95,6	-95,1	-95	-95,2	-95,7	-95,4
Ocupado em atividade doméstica informal	-98,2	-97,7	-97,9	-97,8	-97,6	-97,6	-97,9	-97,8

Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica

Elaborada pela própria autora

Confirmando a literatura sobre gênero e trabalho doméstico, a tabela 05 desenha o efeito da variável gênero sobre a chance de acesso à ocupação em atividade doméstica formal e atividade doméstica informal, em relação às chances de acesso à atividade doméstica não formal, apresentando que, para o ano de 2001, os homens tinham 95,7% a menos de chance de estarem em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica, e ainda que, eles tinham 98,2% a menos de chance de estarem em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica.

Não há mudança relevante ao visualizarmos essa análise para o ano de 2008, pois, neste ano, os homens tinham 95,4% a menos de chance de estarem em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica, e ainda que, eles tinham 97,8% a menos de chance de estarem em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica.

Nesse sentido, o efeito de gênero no acesso às ocupações em atividades domésticas em relação a atividades não domésticas é fortemente marcado a favor dos homens, e essa tendência não parece mudar.

Considerações finais

Como nos conta Motta, o trabalho doméstico é caracterizado por um trabalho próprio às mulheres, ou como dona de casa, ou como empregada doméstica, sendo a casa o *locus* da atividade, cujo objetivo instala-se na produção de bens materiais ou simbólicos para o consumo familiar; na reprodução da vida; e no trabalho produtivo dos membros da família (MOTTA, 1992). Desta forma, entendemos de que forma os homens permanecem tendo quase 100% menos chances de estarem ocupados em atividades domésticas, do que em atividades não domésticas.

A necessidade de ordenar a vida social de modo a atribuir às mulheres as obrigações domésticas e aos homens as atividades produtivas vem se mantendo ao longo do tempo, a despeito do avanço na participação feminina no mundo produtivo. Essa afirmação pode ser lida através da análise dos dados descritivos da presente pesquisa, que revela ser a atividade doméstica paga no Brasil composta por mais de 90% de mulheres, para todos os anos analisados. Em contrapartida, a composição das ocupações não domésticas conta com somente 37,4% de presença feminina, revelando que, ainda, o espaço doméstico e reprodutivo é um espaço eminentemente feminino.

A estrutura das desigualdades sociais impede a habilidade de menos membros privilegiados na sociedade para demonstrar ou intensificar suas habilidades e talentos diretos no sistema educacional e no mercado de trabalho. Compreender gênero como um sistema de práticas sociais que constituem as pessoas como diferentes e que organiza as relações de desigualdade, devendo, desta forma, ser compreendido tanto do ponto de vista individual, como através das práticas sociais que produzem o gênero da pessoa, pode nos auxiliar na interpretação da divisão sexual do trabalho. Como por exemplo, pode nos ajudar a ver a naturalização da função feminina junto ao trabalho reprodutivo não tem sido substituída por práticas igualitárias entre os sexos no que se refere às atividades domésticas ao longo

dos anos analisados. A partir deste trabalho, não é possível confirmar a tese modernizadora, que afirma existir uma tendência de desaparecimento do trabalho doméstico pago, influenciada pelo acesso a produtos e serviços que atendem às necessidades das famílias, no que tange às atividades domésticas diárias.

Sendo assim, as análises apresentadas no presente trabalho contrariam a teoria modernizadora, não sendo visível a tendência de desaparecimento do trabalho doméstico, apesar do acesso a produtos e serviços que atendem às necessidades das famílias no que tange às atividades domésticas diárias.

Anexos

Metodologia e fonte de dados

A metodologia empregada será quantitativa e a base de dados utilizada será a PNAD/IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dos anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008. A PNAD/IBGE apresenta resultados, a partir de dados coletados ano a ano (a exceção dos anos nos quais o IBGE aplica o Censo Populacional) acerca das características gerais da população, migração, educação, trabalho, famílias, domicílios e rendimento.

Modelo de regressão logística multinomial

Para explicar o efeito das variáveis independentes sobre as chances de um indivíduo estar ocupado em atividades domésticas formais ou em atividades domésticas informais, utilizamos um modelo de regressão logística multinomial. Através da fórmula $[(eb - 1) \times 100]^1$ serão calculados os efeitos percentuais que o aumento de uma unidade em cada variável independente geral na chance de um indivíduo no Brasil estar ocupado em atividades domésticas formais ou informais, em relação a estar ocupado em atividades não domésticas, sendo esta última a categoria de referência no presente modelo.

$$\begin{aligned} \ln[P(Y = 1) / 1 - P(Y=1)] = & \alpha + \beta_1 \text{ Gênero (dummy)} + \beta_2 \text{ Raça (dummy)} \\ & + \beta_3 \text{ Escolaridade} + \beta_4 \text{ Experiência centralizada} + \beta_5 \text{ Experiência centralizada ao quadrado} \\ & + \beta_6 \text{ Migrante intraestadual (dummy)} + \beta_7 \text{ Migrante interestadual (dummy)} + \beta_8 \text{ Norte (dummy)} \\ & + \beta_9 \text{ Nordeste (dummy)} + \beta_{10} \text{ Sul (dummy)} + \beta_{11} \text{ Centro-Oeste (dummy)} + \beta_{11} \text{ Filhos (dummy)} + \\ & \varepsilon \end{aligned}$$

Especificação das variáveis

Variável dependente

Status ocupacional: Variável com três categorias distintas (Ocupado em atividade não doméstica; Ocupado em atividade doméstica formal; Ocupado em atividade doméstica informal).

Variáveis independentes

Gênero: variável indicadora (dummy), 1 = masculino e 0 = feminino

Raça: variável indicadora (dummy), 1 = branco e 0 = não branco

Escolaridade: número de anos de estudo completados

Experiência centralizada: idade atual do indivíduo menos a idade que começou a trabalhar menos a média.

¹ NEVES; HELAL. Associativismo, capital social e mercado de trabalho. In: AGUIAR, Nelma. Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007

Experiência centralizada ao quadrado: idade atual do indivíduo menos a idade que começou a trabalhar menos a média elevado ao quadrado.

Migrante intra-estadual: variável indicadora (dummy), 1 = migrante intraestadual e 0 = não migrante intra-estadual.

Migrante inter-estadual: variável indicadora (dummy), 1 = migrante interestadual e 0 = não migrante inter-estadual.

Norte: variável indicadora (dummy), 1 = morador da região Norte e 0 = não morador da região Norte.

Nordeste: variável indicadora (dummy), 1 = morador da região Nordeste e 0 = não morador da região Nordeste.

Sul: variável indicadora (dummy), 1 = morador da região Sul e 0 = não morador da região Sul.

Centro-Oeste: variável indicadora (dummy), 1 = morador da região Centro-Oeste e 0 = não morador da região Centro-Oeste.

Filhos: variável indicadora (dummy), 1 = tem filhos menores de 14 anos e 0 = não tem filhos menores de 14 anos.

Referências bibliográficas

BRUSCHINI, Cristina. *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

BRUSCHINI; RIDENTI. *Família, casa e trabalho*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, número 88, p.30-36, fevereiro 1994.

GARCIA CASTRO, Mary (orgs). *Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe*. Venezuela: Ed. EPU, 1993.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA; SORJ; BRUSHINI; HIRATA (orgs.) *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette. *Domestica: immigrant workers cleaning and caring in the shadows of affluence*. University of California Press: Berkeley and Los Angeles, California: 2007.

KERGOAT, Danielle. SÃO PAULO. Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas / Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). - São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

MELO; CASTILHO. *Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?* UFF Economia – Texto para Discussão – 215. Niteroi, Junho/2007

MELO; PESSANHA; PARREIRAS. *Da cozinha para o mercado – a evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos nos anos 90*. Niterói, v. 2, n. 2, p. 47-60, 1. sem. 2002.

MELO, Hildete. *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a Trabalhadoras*. Texto para discussão nº 565, IPEA, 1998.

RODRIGUES, Encarnacion Gutiérrez. *The “hidden side” of the new economy – On transnational migration, domestic work, and unprecedented intimacy*. Frontiers: A Journal of Women Studies - Volume 28, Number 3, 2007, pp. 60-83.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e Patriarcado. In: *Marcadas a ferro. Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

_____. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1976.